

# INCLUSÃO: PERSPECTIVAS E APRENDIZAGENS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Siamara Meier<sup>1</sup>

Elenice Ana Kirchner<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Deficiência mental; inclusão; aprendizagem;

## 1 INTRODUÇÃO

A Inclusão hoje é muito debatida nas escolas e âmbitos afins, no entanto, nem todos aceitam a inclusão da forma como deveria ser. Desta forma, este trabalho tem como objetivo compreender o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência mental em seu processo de alfabetização nas escolas comuns de ensino.

Trabalhar com inclusão hoje é proporcionar uma educação para todos, levando em conta tudo o que já foi feito, e buscando aperfeiçoar e propor mudanças para que a inclusão realmente aconteça sem preconceitos e sem barreiras, para que assim, se possa ter uma educação mais comprometida com os novos paradigmas.

## 2 BREVE VISÃO HISTÓRICA SOBRE DEFICIÊNCIA

No decorrer da história, muitas concepções se teve em relação à deficiência. Muitas dúvidas e inquietações surgiram, e essa visão e compreensão foi diversificando com o passar dos anos e gerações.

Com base no artigo de Aranha (2005), na Antiguidade, a pessoa com deficiência era exterminada por meio do abandono, o que naquela época não era um problema ético e moral, já que “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e de seus hóspedes” (KANNER, 1964 apud ARANHA, 2005, p.9).

Na Idade Média, pessoas doentes ou com deficiência não podiam mais ser abandonadas, pois também eram criaturas de Deus. Mas, apesar de não serem abandonados eram ignorados e para sobreviver dependiam de caridade.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de pedagogia da FAI – Faculdades de Itapiranga: email: siaah\_chega@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do Curso de pedagogia da FAI – Faculdades de Itapiranga: email:elenice@seifai.edu.br

De acordo com Aranha (2005), foi no século XIII que começaram a surgir instituições para abrigar deficientes mentais, mas pela insatisfação de representantes da Igreja que discordavam, a pessoa com deficiência passou a ser perseguida e torturada, sendo considerada demoníaca. A partir do século XVI até os dias de hoje, muitas mudanças ocorreram não só no ramo educacional, mas também na economia e sociedade. Quanto à deficiência, surgiram novas ideias, ela passou a ser tratada e estudada pela medicina.

Conforme Aranha (2005, p.15) “O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da Medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade, e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural”.

Nos anos 60 então, se criou o conceito *integração*, referindo-se a pessoa com deficiência para que esta pudesse ser integrada na sociedade. Nesse contexto, surgiu o Paradigma de Suporte: “caracterizado pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos” (ARANHA, 2005, p.23).

A Inclusão Social surgiu logo depois com os suportes oferecidos, passando a ser um processo bidirecional que envolve ações junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e junto à sociedade.

Este movimento tem por objetivo:

A construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais se destacam:

- Celebração das diferenças;
- Direito a pertencer;
- Valorização da diversidade humana;
- Solidariedade humanitária;
- Igual importância das minorias;
- Cidadania com qualidade de vida. (SASSAKI, 1997, p.17).

Desta forma, a Declaração de Salamanca constituiu um marco importante na história da inclusão, porque oficializou o termo inclusão no campo da educação, isto é, “ficou decidido na Conferência em Salamanca que todas as crianças portadoras de deficiência deveriam ser incluídas em escolas comuns” (TESSARO, 2005, p.44).

Atualmente, a Declaração de Salamanca se constitui em um importante documento que trata dos princípios, da política e da prática da educação para as pessoas com necessidades especiais. Vem reafirmar o direito de todos à educação, independente de suas diferenças.

No começo dos anos 80, os alunos com deficiência passaram a frequentar meio turno no ensino regular e só no final dos anos 80 que se intensificou a atenção para a importância e a necessidade de educar os alunos com deficiência no ensino regular.

A inclusão ainda é um desafio, apesar das grandes mudanças ainda se precisa lutar contra o preconceito, se dedicar e ser competente a fim de contribuir com a inclusão em todos os ramos sociais. Muitas leis já ampararam a inclusão, e hoje, encontra-se ainda em processo de estudo modelos eficazes de educação inclusiva para nossa realidade.

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. (STAINBACK, 1999, p.29).

Desta forma, para a inclusão ter sucesso deve-se fazer sua parte, respeitando os direitos e cumprindo os deveres nas escolas, sendo e fazendo a escola ser consciente da importância da inclusão na rede regular de ensino, proporcionando oportunidades para que aquele que a escola frequenta possa participar e ser ativo na sociedade.

## 2.1 O QUE É DEFICIÊNCIA MENTAL?

De acordo com Lopes, Mendes e Faria (2005, p. 17), o documento do MEC<sup>3</sup> sobre Política Nacional de Educação Especial (1994), apresenta a deficiência mental sendo:

Funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho.

Ainda conforme Lopes, Mendes e Faria (2005, p.17), para uma criança ser diagnosticada como portadora de deficiência mental fazem-se necessárias 03 (três) condições: “um QI<sup>4</sup> igual ou inferior a 70-75 pontos, limitações em duas ou mais habilidades adaptativas e idade de início de deficiência até os 18 anos”.

---

<sup>3</sup> MEC – Ministério da Educação.

<sup>4</sup> QI – Quociente de Inteligência.

De acordo com Tessaro (2005), em torno de 50% das deficiências mentais dos tipos menos graves são desconhecidas e 30% das mais graves também são desconhecidas. É importante ressaltar que as pessoas não devem ser rotuladas como deficientes mentais somente por apresentarem um comportamento adaptativo prejudicado, pois, segundo Tessaro (2005, p.29) “existem vários fatores que podem levar a um desenvolvimento maturacional<sup>5</sup> lento, como um processo escolar sem qualidade ou um ajustamento social e ocupacional”.

Apesar do grande avanço da sociedade, tanto economicamente quanto ético e moral, ainda há aqueles que consideram a pessoa com deficiência mental incapaz de realizar suas atividades ou o que a ela é solicitado. No entanto, elas também possuem capacidades e habilidades que permitem o seu desenvolvimento físico e social.

Como já se sabe, na antiguidade e idade média as pessoas com deficiência não eram aceitas na sociedade e como resultado, não se acreditava que pudessem aprender, mas, estudos comprovam que podem sim aprender e muito, se fizerem parte de um ambiente pedagógico que tenha como objetivo construir conhecimentos, sendo que muitos passam a ter uma vida independente.

O ambiente onde a pessoa com deficiência mental está inserida é muito importante, pois este deve ser estimulador, desafiando o desenvolvimento e a aprendizagem. A pessoa com deficiência mental aprenderá a sua maneira, dependendo do nível e grau da deficiência. É difícil dizer aonde a criança poderá chegar, tudo depende das oportunidades que lhe são oferecidas, da forma com que são trabalhadas e as expectativas que a ela são colocadas.

A criança com deficiência mental precisa ter acesso às mesmas oportunidades que a criança dita normal, ela também precisa de estímulos, amor, carinho, precisa brincar, sorrir, correr, também tem a necessidade de ser desafiada, de errar e aprender, de conviver com adultos, crianças, com a sociedade e de estar frequentando ao ensino regular normal, pois também tem direito de aprender.

## 2.2 ESCOLA COMUM OU ESPECIAL?

Abordar uma temática como a inclusão é uma tarefa um tanto desafiadora. Para isso, torna-se necessário saber e entender o que realmente significa incluir. Como inclusão, entendemos o processo de reconhecimento e respeito às diferenças em benefício à educação para todos. Dessa forma, pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola no

---

<sup>5</sup> Maturacional – Desenvolvimento do ser humano a partir de experiências vividas ou adquiridas.

qual o educando seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, com acessibilidade, recursos e metodologias que proporcionem o seu desenvolvimento.

A pergunta que deixa dúvidas é em qual escola uma criança com deficiência mental deve estudar. Para responder a esta pergunta é preciso entender o que significa deficiência mental e saber identificar o nível da deficiência.

Conforme varia o nível e grau da deficiência, diferentes trabalhos são realizados para cada um, o que não impede da criança frequentar a escola comum, no entanto, com acompanhamento de um segundo professor que estará auxiliando a criança para que possa entender e aprender o que a grade escolar exige. Isto é, é possível alfabetizar uma criança com deficiência mental, tornando assim, a educação igualitária e de direito de todos.

Como se sabe, cada vez mais crianças com deficiência mental estão frequentando a rede regular de ensino, mas, só frequentar não basta, é preciso que a escola esteja apta para receber estes alunos, com material pedagógico suficiente e de qualidade para tornar a aprendizagem algo significativo e de grande valia na sociedade.

É válido ressaltar que “O sistema educacional escolar precisa mudar para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os que são portadores de deficiência, seja nas salas de aula no ensino regular, seja sob a forma de apoio ao aluno, a seus professores, a seus familiares.” (CARVALHO, 2010, p.173).

A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, pois o aluno com essa deficiência tem sua maneira própria de lidar com o saber, apresentam dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar sua capacidade cognitiva.

O que torna importante entender é que a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. “Essa emancipação é consequência do processo de auto regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece” (GOMES, 2007, p.17).

Segundo leituras de Mantoan, ao invés de adaptar o ensino para alguns, as escolas comuns deveriam recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças.

Pode-se pensar em inclusão? Sim, pois cada vez mais cresce o índice de crianças com deficiência na escola regular, e conseqüentemente caiu nas escolas especializadas. O que isto significa? Significa que está se dando a importância de manter os alunos com deficiência no meio social a fim de adquirir novas aprendizagens e aprender com suas experiências apesar das suas limitações. Claro que, não se pode menosprezar as escolas especiais que vêm

fazendo um grande trabalho com as crianças, lá muito se aprende e muito se ensina, mas, como já mencionado, a frequência da criança com deficiência mental e demais deficiências na rede regular, por exemplo, varia conforme o seu nível e grau.

Segundo Mantoan (2011, p.01):

**O mais importante** para uma criança com deficiência não é aprender o mesmo conteúdo que as outras, mas ter a possibilidade de aprender a colaborar, ter autonomia, governar a si próprio, ter livre expressão de ideias e ver o esforço pelo que consegue criar, ser **recompensado** e reconhecido.

Apesar da inclusão das crianças com deficiência na rede regular ter aumentado, ainda é um desafio para os professores e escola, tanto em preparação quanto em recriar a escola para receber estes alunos. Ao incluir, a escola estará beneficiando não somente os alunos com deficiência, mas a todos os alunos, possibilitando os mesmos a terem outras vivências. Pode-se dizer assim que todas as crianças estarão aprendendo e convivendo com as diferenças.

### 2.3 ALFABETIZAÇÃO X DEFICIÊNCIA: COMO ENSINAR?

Os processos de aprendizagem da leitura e da escrita por alunos com deficiência mental são semelhantes aos daqueles considerados normais sob muitos aspectos. Esses aspectos dizem respeito ao letramento, à dimensão desejante, às expectativas do entorno, ao ensino e às interações escolares.

Nota-se que “tomemos o conceito de letramento como princípio organizador da adaptação da proposta curricular no ensino básico para alunos com deficiência intelectual” (JESUS et al. 2009, p.105). O letramento oferece uma riqueza de possibilidades no desenvolvimento humano e psicológico nos alunos e através dele, podemos eleger ações educativas de mesma natureza para todos, sem discriminar o aluno com deficiência mental.

O letramento como eixo curricular tem o poder de forçar os processos dialógicos na sala de aula e nele os professores e as professoras são instados a assumirem a função de interlocutores/locutores, possibilitando as necessárias produções de significação nas tarefas escolares, independentemente do nível habilidades de leitura e escrita dos alunos [...] (JESUS et al, 2009, p.109).

A relação do aluno com a própria alfabetização pode ocorrer, uma vez que o processo de aquisição da língua escrita possa acompanhar todas as atividades no decorrer do percurso escolar.

Nessa concepção Carvalho (2010, p.11) ressalta que:

A maneira pela qual o alfabetizador encara a ato de ler determina, em grande parte, sua maneira de ensinar. Praticamente todo trabalho de alfabetização em nossas escolas parte do pressuposto de que o importante é ensinar o mecanismo da decodificação, porque depois a compreensão virá automaticamente.

Não deixa de ser verídica a citação acima apresentada, mas, o aluno com deficiência mental precisa ter todo o processo de alfabetização reforçado com jogos, interação com os colegas, explicações mais aprofundadas, sons, pronúncias. Através de um trabalho firme com o aluno e com o que ele já conhece ou já ouviu falar pode-se realizar um trabalho alfabetizador tornando possível a alfabetização do educando seja qual for sua dificuldade.

Um dos primeiros passos para a alfabetização é despertar o interesse da leitura e da escrita no aluno com deficiência mental, trabalhar, antes de mais nada, com o que ele já conhece, deixar manusear algum objeto conhecido, um brinquedo, fotografias enfim, para que ele tenha o interesse de saber como se escreve ou como se lê aquilo que tocou, aquilo que sentiu ao ver os objetos.

Como todas as crianças, o fato de ouvir uma história, de poder contar uma história, de brincar com jogos que envolvam letras e imagens, da proximidade com os colegas, a interação uns com os outros, do estímulo de casa, do carinho e dedicação são fatores imprescindíveis para uma educação de qualidade, sem preconceitos, sem discriminação.

O aluno deve estar sempre motivado a querer aprender, o processo é demorado, mas é gratificante. Precisa-se de um carinho especial, um tempo especial e um jeito especial para que possamos colher os frutos das sementes nele plantadas, os frutos do conhecimento. “O que se presencia, no decorrer do aprendizado e do amadurecimento do aluno, não é somente o aspecto cognitivo, mas sim um indivíduo em constante processo de descoberta” (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p.126). Todos são capazes de aprender, basta se dedicar e deixar acontecer.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Incluir não significa inserir o aluno com deficiência na sala de aula em uma escola comum e sim, fazer algo para contribuir e fazer sua presença algo notável e de resultados satisfatórios na educação.

A inclusão hoje ainda é um desafio, apesar das grandes mudanças ainda se precisa lutar contra o preconceito, se dedicar e ser competente a fim de contribuir com a inclusão em

todos os ramos sociais. Muitas leis já ampararam a inclusão, e hoje, encontra-se ainda em processo de estudo modelos eficazes de educação inclusiva para nossa realidade.

Diante desse fato, sabe-se que a inclusão está cada vez mais presente, contudo apesar da inclusão das crianças com deficiência na rede regular ter aumentado, ainda é um desafio para os professores e escola, tanto em preparação quanto em recriar a escola para receber estes alunos. Ao incluir deficientes, a escola estará beneficiando não somente os alunos com deficiência, mas a todos os alunos, possibilitando os mesmos a terem outras vivências. Pode-se dizer assim que, todas as crianças estarão aprendendo e convivendo com as diferenças.

### REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.

CARVALHO, Edler Rosita. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo, GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JESUS, Denise Meyrelles et al. **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB). 8ª edição. 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade pra todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STRIEDER, Roque. **A educação ainda em processo de construção**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

TESSARO, Nilza Sanches. **Inclusão escolar: concepções de professores e alunos da educação regular e especial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.